

## Relatório LACIGF 13

**Título da sessão:** Gobernanza de internet, género e interseccionalidad: ¿qué puede hacer el enfoque de género por las políticas de tecnología?

**Elaborado por:** Ingrid Santos (UFAM, Brasil), Jéssica Guedes Santos (UnB/Bot Jurídico, Brasil), Karla Giovanna Braga (Cooperação da Juventude Amazônica pelo Desenvolvimento Sustentável, Brasil)

**Revisado por:** Juliana Novaes (Youth Observatory, Brasil)

### Resumo da sessão:

A sessão foi moderada por Jamila Venturini e dividida em duas partes. A primeira parte foi uma roda de conversa com as panelistas com duas perguntas basilares. Na segunda parte, foram divididos quatro grupos de trabalho para discutir temas correlatos ao gênero e interseccionalidades. Os temas principais abordados pela sessão foram os seguintes tópicos:

- a. Políticas públicas sensíveis ao gênero no setor tecnológico;
- b. Violência de gênero e direitos digitais;
- c. A violência de gênero digital no contexto da pandemia da COVID-19.

A primeira panelista, Carolina Caeiro (Coordenadora do projeto de mulheres do LACNIC), destaca a atuação do LACNIC coordenando o processo de desenvolvimento de políticas que estabeleçam como os recursos de números da Internet devem ser usados na América Latina e Caribe. A panelista ressalta a missão de trazer mais mulheres para atuarem no LACNIC através de um projeto de capacitação de mulheres para garantir um espaço online mais diverso, sensível ao gênero e seguro, visando mitigar as barreiras que tornam esses espaços predominantemente masculinos.

Danya Centeno, a segunda painelista e representante do Twitter, destaca a importância de ter espaços online multissetoriais para promoção de uma comunidade online mais justa. Ela cita um pacto assinado que visa colaborar na eliminação da violência contra mulheres e meninas no México, ressaltando a importância da capacitação de organizações e autoridades da sociedade civil para ocuparem lugares de fala. Além disso, destaca que a plataforma tem ajudado diretamente nas questões de violência doméstica com a criação de um helpline e que está buscando através da cooperação tornar essa iniciativa mais ampla.

A terceira painelista, Margarita Escobar (Deputada, El Salvador) destacou como a violência de gênero no âmbito digital é prejudicial para a participação feminina na política. A deputada também aponta que as plataformas contribuem para potencializar a violência de gênero e que devem ter leis que protejam as mulheres no âmbito online. Neste sentido, a deputada aponta que a Lei de Proteção de Dados Pessoais que está em trâmite no Parlamento de El Salvador tem propostas de proteção de dados pessoais que sejam sensíveis ao gênero. Além disso, a deputada ressalta que qualquer legislação voltada à internet deve ser feita pensando em como potencializar a tecnologia em conjunto com os direitos humanos.

Anais Córdova (Taller de Comunicación Muller, Equador), a quarta painelista, ressaltou que a violência de gênero no âmbito digital também gera consequências físicas e mentais, como ansiedade e afastamento de mulheres e pessoas LGBTQI+ da tecnologia. A painelista também destacou que os membros do Estado e formuladores de políticas públicas do Equador não reconhecem a violência de gênero digital, como destacado pelo estudo “Navegador Livres” realizado pela ONG. Assim, aponta que não existe um único tipo de violência que afeta esse grupo. As violências são coligadas e somente podem ser combatidas pela interação entre Estado, plataformas (entidades privadas) e sociedade civil.

Ao final da primeira parte, a moderadora levantou questões sobre os reflexos da estrutura patriarcal no meio digital e trouxe reflexões sobre como podemos lidar

com os desafios que envolvem a inclusão de visão interseccional de gênero que abrangem as múltiplas vulnerabilidades (origem, idade, condição socioeconômica, raça, etc) para que as políticas públicas e privadas na internet sejam abrangentes.

Na segunda parte da sessão, houve a divisão em quatro grupos. O primeiro foi mediado por Carolina Caeiro e Juliana Guerra e o debate se concentrou em no aspecto técnico da Internet abordando a experiência da LACNIC e IETF na integração de mulheres e meninas em temas técnicos, e como as múltiplas realidades afetam o acesso de forma democrática da internet. Sendo assim, foi amplamente discutida a necessidade de promover mudanças mais estruturais e culturais visando a ampliar o acesso de mulheres à comunidade técnica e à disseminação de conhecimento sobre o uso de dados, tendo em vista as múltiplas realidades socioeconômicas que vulnerabilizam as mulheres e meninas no uso da internet. Foi ressaltado que o acesso à internet deve ser um direito básico universal e uma medida essencial de enfrentamento às desigualdades de gênero na América Latina.

O grupo 2, mediado por Paz Peña, foram trabalhadas questões de decisões algorítmicas e como as decisões automatizadas não refletem de maneira justa às desigualdades sociais existentes. Também foi discutida a importância de ter diversidade no desenvolvimento de tecnologias algorítmicas (gênero, raça e classe social) para ter mais sensibilidade na programação e sobre a importância da transparência dos sistemas algorítmicos. Muitas vezes, a população é quem está recebendo as consequências da desigualdade devido às decisões algorítmicas, por isso é importante a transparência.

No grupo 3, a discussão tratou da incorporação da perspectiva de gênero na moderação privada de conteúdos com a moderação de Maria Cristina Capelo (Facebook) a partir do caso ocorrido com o Lunar App, primeiro aplicativo gratuito na Argentina a tratar do ciclo menstrual. Analía Fukelman (criadora e diretora do Lunar) destacou que o objetivo do app é educar sobre o ciclo menstrual para gerar empoderamento sobre os direitos sexuais e reprodutivos. Mas, por conta de palavras na descrição e de imagens de divulgação, o App foi eliminado da Google

Play e foi difícil ter acesso aos motivos que levaram à exclusão. Depois de reiterados contatos com a empresa foi possível restabelecer o App na Google Play.

O grupo 4 teve moderação de Lulu Barrera (Luchadoras, México) e discutiu formas de regulação do delito de divulgação de fotos íntimas sem consentimento da vítima. Foram ressaltados três pontos principais: (i) a necessidade de tipificação e a formação dos agentes públicos para que conduzam bem essas denúncias, (ii) garantia de processo judicial com trâmite efetivo e (iii) desenvolvimento de outras formas de prevenção contra o ato ilícito.

- **Outputs e outros links relevantes (não obrigatórios):**

Parte da sessão está disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=p\\_H5oZzw9G4&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=p_H5oZzw9G4&feature=youtu.be)

[Navejando libres](#) - Pesquisa sobre Violência de Gênero no Equador da ONG Taller de Comunicación Mujer

[Pacto para Eliminação das Violências contra as Mulheres e Meninas no México](#)